

Gostaria de reiterar aos senadores, às senadores e, especialmente à Nação, que este Senado da República, uma das mais antigas instituições brasileiras, se pautou nesse processo pela isenção, equilíbrio e responsabilidade que as circunstâncias impõem.

Em nenhum momento, relevando sempre o traço nervoso e ligeiro do noticiário que as vezes não dispõe de tempo para reflexão, esta presidência jamais foi modulada por partidos ou posições políticas. Eventuais interpretações, a maioria precipitada, em relação a predileções dessa presidência, terão de ser explicadas por seus autores.

Como parte da minha responsabilidade institucional, recebi ao longo dos dias argumentos de ambos os lados, como se sabe, conflitantes. Exatamente como se porta um magistrado, função da qual não posso e não me esquivar, ouvimos partes que defendem interesses contrários e caberá ao colegiado a palavra final.

Atuamos nesse dramático processo, longo e penoso, devotados à Constituição Federal, aos acórdãos da Suprema Corte Brasileira, às Leis escassas que regulamentam o tema e ao

precedente de 1992. Nossos únicos faróis foram os diplomas legais e não as preferências pessoais.

Aqui, sob nossa presidência, a voz da oposição foi sagrada, como também foi o direito ao contraditório e ao amplo direito de defesa. Adoto como prática o hábito de ouvir críticas. Por isso reitero, antes ser crivado pela crítica do que arruinado pela bajulação.

A presidência do Senado Federal se portou pelo equilíbrio institucional e pela normalidade para ultrapassar, sem sobressaltos e rapidamente, este gravíssimo quadrante da vida nacional que assombrou o país, alvoroçou o segmentos políticos e derreteu uma das economias mais pujantes do planeta.

Fomos ágeis quando a circunstância demandava e ponderados quando a Lei exigia. Também soubemos ser enérgicos diante da tentativa de burlar a democracia com artifícios inconsistentes e explosivos. Soubemos agir, e nisso agradeço a todos senadores, quando tentaram transformar uma centelha em um incêndio de grandes proporções.

Tenho absoluta convicção que este Senado da República, inspirado pelos mais sagrados fundamentos democráticos, estará dando as respostas adequadas na velocidade que a sociedade nos impõem. Sem açosamentos, sem delongas.

Está na memória de todos e, portanto, disponível para os registro histórico os sucessivos apelos que esta Presidência fez pelos princípios de legalidade, da independência dos poderes e dos limites de cada uma de nossas instituições.

A nação passa por um período delicado de sua história. O momento impõe a todos, especialmente aos homens públicos, serenidade, equilíbrio, bom-senso, responsabilidade e, sobretudo, respeito a legalidade.

As instituições devem guardar os limites de suas atribuições legais e quaisquer excessos, politizações ou radicalizações – independente da origem – serão um desserviço ao país.

Valores absolutos do estado democrático de direito, independência dos poderes, liberdade e garantias individuais e coletivas, liberdade de expressão e a presunção da inocência,

conquistados tão dolorosamente, precisam ser reiterados.

Os vetores autoritários, os roncoss messiânicos estão, a todo instante, testando o Brasil e sua jovem, mas longeva democracia. Sabemos e haveremos de repetir que o Brasil e nossa sociedade estarão sempre acima desses interesses, alguns deles sabidamente autoritários camuflados em mantos democráticos.

Igualmente esse Parlamento, dentro do eterno jogo de transferência de responsabilidades, não pode ser responsável por eventuais insucessos deste ou daquele segmento. Cada qual terá de responder perante a história por sua parte de acerto ou erro nesse processo.

Mesmo sendo a segunda oportunidade nos últimos anos em que nos deparamos com um quadro de impedimento do presidente da República, é um processo que não deixa ninguém confortável ou à vontade. É sempre um constrangimento para aqueles que são eleitos e conhecem o valor de um voto, da delegação social, deliberar sobre mandatos.

A lei de 1950, reitero, tem sido um fator recorrente de crises. Inegavelmente anacrônica, a legislação precisa ser aprimorada, modernizada. Temos de fazer lei que apontem segurança jurídica, proteja contratos, estabeleça a rotina e não instrumentos de permanente instabilidade.

Também precisamos, de uma vez por todas, e essa é nossa obrigação, entregar uma reforma política para País. O sistema eleitoral partidário, fragmentário, praticamente forja crises diárias no presidencialismo que morre a cada dia no precário modelo de coalizão. Um presidencial que, antes de ser chamado de coalizão, é um sistema de permanente colisão.

O sistema política eleitoral atual do Brasil é um conjunto de cheques pré-datados de crise. Ou mudamos esse modelo arcaico, enrugado, viciado, fomentador de crises e incertezas, ou estaremos assinando a ruína de nossas biografias.

Outras reformas estruturantes são inadiáveis e todos nós, economistas ou não parlamentares ou não, sabemos quais são. Não quero e não participarei, como não participei, de conversas fulanizadas. Precisamos de uma qualificação

do debate político, partindo de programas e não nomes. Precisamos inverter esse modelo urgentemente.

Quem pode, nos dias atuais, recusar o debate sobre a independência formal do Banco Central? Qual a única diferença para o modelo atual? Uma única e vital: o mandato para presidentes e diretores da instituição monetária, que não pertence a governos e seus titulares não podem ser despachantes do poder de ocasião.